



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Universalização do
Acesso e Uso da Energia Elétrica**

Palácio do Planalto, 11 de novembro de 2003

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu caro companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,
Minha querida Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,
Demais companheiros e companheiras ministros e ministras aqui
presentes,

Deputados, senadores e senadoras aqui presentes,

Meus caros amigos governadores dos estados brasileiros,

Eu não vou ler um discurso hoje, por conta do nosso tempo. E também
porque a Dilma fez uma extraordinária apresentação.

Eu me lembro que, ainda no governo do presidente Sarney, em 1989,
quando o Carlos Lessa trabalhava no BNDES, ele era, possivelmente, um dos
brasileiros mais entusiastas para resolver o problema da eletrificação rural no
Brasil. E eu me lembro de uma conversa que ele teve comigo – eu estou
falando de junho ou julho de 1989 – em que ele dizia que era possível, em
cinco anos, resolver o problema da eletrificação rural no nosso país.

A verdade é que, de 1989 até agora, já se passaram 14 anos e a gente
constata que não foi feito o que precisaria ser feito, se bem que alguns estados
avançaram muito nesse período.

Está provado também que, muitas vezes, não é má vontade pessoal de
ninguém e muito menos de algum governador, porque tem lugar que fica mais
barato do que outros, para fazer a eletrificação rural.

Eu fico imaginando aquela parte marrom do estado do Amazonas,



quantos milhares de postes vão ter que ser colocados para levar a luz à casa de um agricultor; ou vai ter que se inventar uma forma mais barata para fazer isso.

Tem estados que avançaram. Vocês viram um dado surpreendente, tem estado do Nordeste que tem mais eletrificação rural do que estados do Sul e do Sudeste, numa demonstração, também, de que depende muito da definição de prioridade que esse ou aquele governo deu para enfrentar o problema da eletrificação rural.

O dado concreto e objetivo é que nós estamos apresentando uma proposta não para este governo que está aqui, agora, e não só para vocês, porque o nosso mandato começou junto e vai terminar junto. E não sabemos quem continua ou quem não continua. O dado concreto é que nós estamos apresentando uma proposta que seja factível para o país, uma proposta que leve em conta coisas da maior importância, que são os comitês gestores, para tentar evitar aquilo que, historicamente, acontece no Brasil: e as obras começadas por um governo ficam paralisadas porque têm a marca desse governo.

Todos nós sabemos, todos nós, e esse plenário aqui, possivelmente, mais do que eu, que levar a luz à casa de uma pessoa significa levar a possibilidade do progresso para aquela pessoa. E eu quero crer que muitos aqui já viveram sem energia elétrica. Quem nunca viveu, quem nasceu nas luzes das capitais, não tem dimensão do sofrimento que é a falta de energia. Uma coisa é tirar umas férias de dez dias e ir para uma cabaninha no meio do mato e viver sem luz elétrica, na base da vela, do lampião ou do candeeiro. É tudo muito charmoso. Mas depois de dez dias também, ninguém agüenta, quer voltar para a cidade.

Agora, imaginem as pessoas viverem vidas e mais vidas sem luz. Pernambuco é um exemplo, eu me lembro da casa de onde eu saí, onde morava a minha família lá em Caetés. Eu saí em 1952 e em 1979 eu voltei,



pela primeira vez. O primeiro bico de luz daquela região foi colocado quando o Arraes era governador. E eu me lembro da cena de uma tia minha que, quando acendeu o bico de luz, correu da cozinha por causa da claridade.

Ela estava acostumada, há 60 anos, na base do candeeiro, uma luz que não era das mais fortes. Ela tomou um susto e ficou fora até ir se adaptando com a claridade.

Quem participa desses projetos, sobretudo nas regiões mais pobres do país, sabe o benefício que significa um poste, um fio e uma luz.

Sabe o que significa a possibilidade de fazer uma casa de farinha, o que significa a possibilidade de colocar uma bomba para puxar água, o que significa a possibilidade de fazer uma máquina para fazer o farelo, para fazer moer o milho. É uma coisa de muita grandeza e, possivelmente, muita gente que more na cidade não tenha a clareza da importância de um bico de luz.

Nós estamos fazendo isso pensando numa perspectiva de cinco anos, pensando numa perspectiva de gastar por volta de 7 bilhões de reais, numa distribuição tripartite, porque entra um pouco do governo do estado, e um pouco dos governos municipais. Ou seja, dos 7 bilhões, 5 bilhões e 300 milhões de reais vêm do governo federal e o restante, 1 bilhão e 700 milhões de reais, serão complementados pelos governos estaduais e agentes do setor.

Portanto, a distribuição está feita de forma eqüitativa, dentro das possibilidades de gasto que os estados têm e que, hoje, não são muitas. Mas, de qualquer forma, a possibilidade de concretizar esse plano depende única e exclusivamente de nós.

Tem algumas coisas que não podem acontecer. Nenhum de nós pode ter a atitude pequena de entender que eu não posso fazer tal coisa porque vou favorecer tal político ou o governo federal; ou, o governo federal favorecer o governo estadual. Ou seja, nós não temos o direito de ser pequenos diante da magnitude desse projeto. Nós não temos que pensar em nós e nem na próxima eleição, nós temos que pensar na próxima geração do campo brasileiro e em



como ela vai ser.

Quais são as novidades que nós estamos apresentando neste projeto? Tem algumas novidades que eu acho importante todo mundo ter em conta. Primeiro, a instalação de energia elétrica para a família de baixa renda será gratuita, portanto, as pessoas pobres não vão pagar.

Segundo, será dada prioridade para a mão-de-obra local, buscando-se adquirir materiais e equipamentos nacionais, de preferência fabricados em regiões próximas às áreas atendidas. E, por último, os comitês gestores se encarregarão de acompanhar a execução do programa; esses comitês contarão com a participação do governo federal, dos governos estaduais, das prefeituras, de agentes do setor e representantes de cooperativas e comunidades.

Nós já tivemos a primeira inauguração, em que não pude estar presente, não sei se a Dilma esteve, mas eu, pelo menos, não pude ir. Talvez eu vá agora, em Novo Santo Antônio, no Piauí, acho que é no município de Nazaré, a primeira cidade em que foi inaugurado este projeto. Vocês não pensem que estamos fazendo no Piauí para privilegiar o Piauí. Quem conhece o Piauí sabe que o Piauí é um estado em que, durante muito tempo, coisas básicas foram deixadas de lado, e que é preciso começar de baixo para cima, tentar recuperar o tempo perdido. Mas nesse lugar que nós inauguramos e que o Wellington inaugurou sem a minha presença, esse novo Santo Antônio, apenas 8% dos domicílios têm luz elétrica.

Mas eu acho que está explicado o problema mostrado pela Dilma, por que a juventude não quer ficar no campo. Tentar convencer um jovem, uma menina de 17 ou 18 anos ou um rapaz de 17 ou 18 anos a ficar com a família no campo, vivendo à base de candeeiro, à base de vela, à base de lampião, sendo que a paixão das luzes da cidade mexe com a cabeça dele 24 horas por dia, – será uma guerra perdida se não cumprimos esse projeto.

Por isso eu quero, companheira Dilma Rousseff, do fundo do coração,



agradecer a rapidez com que você, junto com a sua equipe, junto com as pessoas que trabalham com você, elaborou esse projeto. E a rapidez com que você apresentou esse projeto para começar a ser executado. Isso demonstra claramente que, no Brasil, nós temos falta de muita coisa: nós temos falta de dinheiro, nós temos falta de infra-estrutura, mas o que não pode ter, em nenhum político, é a falta de vontade e a falta de disposição política de fazer as coisas. E você foi encontrar o dinheiro, que nem eu sabia que tinha, para dizer: nós temos o dinheiro, e vamos gastá-lo levando luz à casa de quem não tem luz.

Meus parabéns, Dilma, meus parabéns ao pessoal do seu Ministério.

Obrigado, governadores, e obrigado a todos vocês.

/rss/cms